



**Convênio n.º 04/2014**  
**5º aditamento**  
**Processo n.º 714/2014**

**5º ADITAMENTO AO TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A FUNDAÇÃO PROFESSOR DOUTOR MANOEL PEDRO PIMENTEL – FUNAP, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA SUPLEMENTAR AOS PRESOS E INTERNADOS CARENTES DE RECURSOS.**

**A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, 200, 8º andar, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada **DEFENSORIA**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Excelentíssimo Senhor Doutor Davi Eduardo Depiné Filho, a **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**, doravante denominada **SECRETARIA**, neste ato representada pelo Secretário de Estado, Doutor Lourival Gomes, e a **FUNDAÇÃO PROFESSOR DOUTOR MANOEL PEDRO PIMENTEL**, fundação integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º





49.325.434/0001-50, com sede na Rua Dr. Vila Nova, 268, Vila Buarque, São Paulo/SP, doravante designada **FUNAP**, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Doutora Lúcia Maria Casali de Oliveira, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **ADITAMENTO**, conforme plano de trabalho que o integra, bem como as seguintes cláusulas:

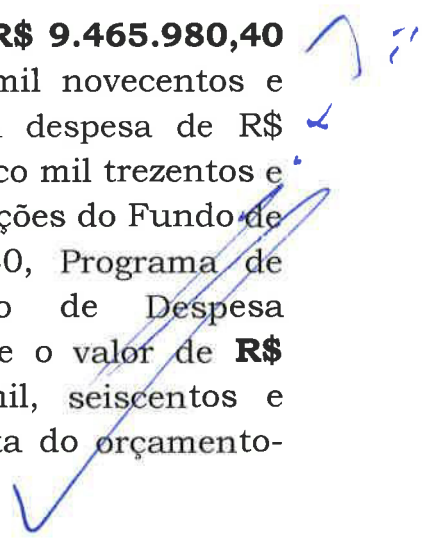
**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**- DO OBJETO -**

Constitui objeto do presente Convênio a prestação de serviços de assistência jurídica suplementar aos presos e internados condenados e provisórios, carentes de recursos, recolhidos nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo, descritos no Anexo I, conforme plano de trabalho datado de 13 de outubro de 2016, acostado às fls. 782/792, constante dos autos do processo n°. 714/2014, que passa a fazer parte integrante do presente.

**Parágrafo único** – Pelo presente termo de aditamento, o Convênio que trata o *caput* desta Cláusula tem a sua vigência prorrogada pelo período de 06 (seis) meses, de 01/11/2016 até 30/04/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**- DOS RECURSOS FINANCEIROS -**

O valor global estimado deste **ADITAMENTO** é de **R\$ 9.465.980,40** (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta reais e quarenta centavos), sendo que a despesa de R\$ **3.155.326,80** (três milhões cento e cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos) onerará as dotações do Fundo de Assistência Judiciária - Unidade Gestora 440030, Programa de Trabalho 03.092.4200.5796.0000, Classificação de Despesa 33.90.41.13, do orçamento do exercício de 2016, e o valor de **R\$ 6.310.653,60** (seis milhões, trezentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos) à conta do orçamento-programa do exercício seguinte.





**Parágrafo Único** - O valor do repasse não excederá, em nenhuma hipótese, o previsto nesta cláusula.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**- DIÁRIAS E AJUDAS DE CUSTO -**

A **DEFENSORIA** repassará à **FUNAP** os valores referentes às ajudas de custo e/ou diárias, no montante de até R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) durante a vigência do convênio, em razão dos deslocamentos e viagens, conforme discriminados em regulamento próprio, realizados pelos advogados atuantes nos termos deste **CONVÊNIO** e em razão exclusiva da prestação de assistência aos defendidos junto às unidades prisionais.

**Parágrafo único** - O valor constante do *caput* desta Cláusula já se encontra computado no valor global a que se refere o *caput* da Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**- DAS METAS -**

Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, a realização do objeto do presente **ADITAMENTO** deverá atingir durante a vigência o total de 558.690 (quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa) atuações assim distribuídas:

- a) - Benefícios: propositura de 10.637 (dez mil, seiscentos e trinta e sete) pedidos por mês;
- b) - Processos Administrativos Disciplinares (PAD): participação em 5.572 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois) por mês;
- c) - Atendimentos: realização de 15.195 (quinze mil, cento e noventa e cinco) por mês;
- d) - Atos instrutórios à realização dos atendimentos: realização de 61.712 (sessenta e um mil, setecentos e doze) por mês.

**Parágrafo Único** - Para fiel consecução do objeto deste convênio, em especial quanto à necessidade de verificação do cumprimento da meta



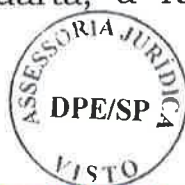


constante da alínea “c” desta cláusula, considera-se atendimento a entrevista pessoal e individual aos presos internados nos estabelecimentos prisionais inscritos no Anexo I, antecedida da verificação do prontuário e outras informações pertinentes, para provisão de informações sobre o andamento de seu processo de execução, perspectiva de obtenção de benefícios, e esclarecimento de dúvidas do apenado e colheita de informações para ajuizamento de benefícios ou defesas em procedimentos administrativos disciplinares.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**- DO REPASSE DE VERBAS -**

O valor previsto na Cláusula segunda, que inclui o previsto na Cláusula Terceira, será transferido em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do primeiro mês de competência (novembro de 2016), para conta vinculada a este convênio, em nome da **FUNAP**, junto ao Banco do Brasil S/A e aplicado em conta poupança, devendo ser empregado exclusivamente no pagamento dos advogados e estagiários que atuam na consecução do objeto do **CONVÊNIO**. Os repasses tratados nesta Cláusula serão realizados na medida do atingimento das metas e serão limitados aos seguintes valores:

- a) **R\$ 3.988.875,00** (três milhões novecentos e oitenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais) referentes à alínea “a” da Cláusula Quarta, à razão de R\$ 664.812,50 (seiscentos e sessenta e quatro mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), por mês;
- b) **R\$ 902.664,00** (novecentos e dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais), referentes à alínea “b” da Cláusula Quarta, à razão de R\$ 150.444,00 (cento e cinquenta mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), por mês;
- c) **R\$ 774.945,00** (setecentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais), referentes à alínea “c” da Cláusula Quarta, à razão de R\$ 129.157,50 (cento e vinte nove mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), por mês;
- d) **R\$ 3.289.496,40** (três milhões duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos), referentes à alínea “d” da Cláusula Quarta, à razão de R\$ 548.249,40





(quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), por mês;

- e) **R\$ 510.000,00** (quinhentos e dez mil reais), para pagamento das diárias, conforme previsto na Cláusula Terceira, à razão de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), por mês.

**Parágrafo Primeiro** - As parcelas referidas nesta Cláusula serão repassadas em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da prestação de contas prevista no inciso XIV da Cláusula Segunda do Termo de Convênio original.

**Parágrafo Segundo** - O não atingimento de cada uma das metas previstas nas alíneas do *caput* da Cláusula Quinta autorizará a **DEFENSORIA**, salvo caso fortuito ou força maior, a reter o repasse da respectiva meta na medida de sua não satisfação.

**Parágrafo Terceiro** - A realização de metas mensais que ultrapassem os quantitativos presentes nas alíneas do *caput* da Cláusula Quinta será contabilizada, somente, para fins de eventual compensação nos meses em que as referidas metas não forem alcançadas.

**Parágrafo Quarto** - A compensação prevista no parágrafo anterior será realizada, exclusivamente, entre metas da mesma alínea do *caput* da Cláusula Quarta.

**Parágrafo Quinto** - As verbas eventualmente retidas pelo não atingimento das metas mensais previstas nas alíneas do *caput* da Cláusula Quarta serão liberadas na medida em que a defasagem apurada for compensada, dentro do prazo de vigência deste **ADITAMENTO**.

### **CLÁUSULA SEXTA** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam mantidas todas as disposições do termo de Convênio Original e de seus quatro aditamentos que não foram alteradas pelo presente instrumento, que passará a vigor a partir da data de sua assinatura.

E, por estarem certos e ajustados, firmam as partícipes o presente termo na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 1º de novembro de 2016.





**DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO**  
Defensor Público-Geral do Estado

**LOURIVAL GOMES**  
Secretário de Estado da Administração Penitenciária

**LÚCIA MARIA CASALI DE OLIVEIRA**  
Diretora-Executiva da Fundação Professor Doutor Manoel Pedro  
Pimentel - FUNAP

TESTEMUNHAS:

1. Juliana Saad  
Nome:  
R.G.: 24835536-9

2. Ámélia Fernandes  
Nome: AMÉLIA FERNANDES  
R.G.: 29.608.780-4



## PLANO DE TRABALHO DO PROJETO JUS

**(Artigo 5º, inciso II do Decreto n.º 40.722, de 20 de março de 1996)**

### **I - DO HISTÓRICO**

Em razão da precariedade da assistência judiciária existente em 1977, a FUNAP criou o *Projeto Jus – Apoio Jurídico ao Preso*, contratando 4 (quatro) advogados, que passaram a atuar junto à Casa de Detenção.

Os serviços consistiam no atendimento do preso e do familiar, na análise da situação jurídica, no encaminhamento do pedido cabível, preferencialmente em sede de execução penal, no acompanhamento de sindicâncias administrativas e nas apresentações de defesa e na solicitação de documentos em diversos órgãos governamentais.

O projeto evoluiu e mais profissionais foram contratados e, com a criação, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretária da Administração Penitenciária e esta Fundação, pelo qual os advogados da FUNAP continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, mas sob a coordenação e orientação da Procuradoria.

Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública.

### **II - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO**

O convênio tem por objeto a prestação de assistência jurídica suplementar, integral e gratuita aos presos e internados, carentes de recursos financeiros, recolhidos no sistema prisional paulista, conforme relação constante do Anexo I, no qual foram acrescentadas as Penitenciárias de Mairinque e de Florínea, para o período de 06 (seis) meses, de novembro de 2016 a abril de 2017.

Tais serviços compreendem o atendimento integral ao preso condenado ou internado nos referidos estabelecimentos, incluindo pedidos de benefícios, entrevistas pessoais, procedimentos disciplinares e outras ações que se façam necessárias para garantir o direito da pessoa privada de liberdade.

Para tanto, a FUNAP se compromete a efetuar, no período, 558.690 (quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa) atendimentos, conforme metas abaixo discriminadas:

- a. a interposição mensal de 10.637 (dez mil, seiscentos e trinta e sete) pedidos mensais de benefício, tais como progressões de regime, livramento condicional, detração, remição, indulto ou comutação, autorizações de saída, unificação de penas, desinternação ou cessação de medida de segurança, excesso ou desvio de execução;
- b. a participação mensal em 5.572 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois) processos disciplinares, seja na fase de oitiva do preso, seja para apresentação de defesas;
- c. a realização de 15.195 (quinze mil, cento e noventa e cinco) entrevistas mensais com preso;
- d. a realização de 61.712 (sessenta e um mil, setecentos e doze) atos instrutórios mensais destinados a garantir o direito da pessoa privada de liberdade, tais como entrevistas com o egresso e/ou seu familiar, pedidos de concessão de fiança, liberdade provisória e relaxamento de flagrante, exame de prontuários, consultas junto às Varas de Execução Criminal, pedidos de certidões e de folhas de antecedentes, etc.

A FUNAP manterá sua infra-estrutura humana e material à disposição da assistência judiciária especialmente no que se refere à administração da relação trabalhista existente entre a entidade e os advogados.

### **III - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Assim, a FUNAP se responsabiliza:

1. pela integralidade da folha de salários dos advogados participantes, até o máximo de 271, a partir de R\$2.102,20 (dois mil, cento e dois reais e vinte centavos), mais encargos e benefícios previstos na legislação trabalhista, inclusive diárias, considerando que a maioria das unidades prisionais se situa em local distante, sem transporte público e que o deslocamento deve ser feito por conta do advogado, importando em despesas de combustível para transporte e pedágio;
2. pela remuneração de 271 estagiários, a partir de R\$600,00 (seiscentos reais), cada um, bem como pelo pagamento de auxílio- transporte e de taxa administrativa devida ao CIEE;
3. pelo gerenciamento da frequência e da folha de pagamento dos advogados e estagiários, através de sua Gerência de Recursos Humanos, bem como



pelas despesas com as cópias xerográficas e todo o material impresso necessário à execução dos serviços.

A Defensoria Pública se responsabiliza, à vista de relatório comprobatório do atingimento das metas acima, ao repasse dos seguintes valores, tendo em vista que a Fundação não auferirá qualquer rendimento pela prestação, através de seus advogados, de serviços de assistência jurídica às pessoas carentes de recursos financeiros privadas de liberdade:

- a. Meta 01 - R\$664.812,50 (Seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), por mês, pelo prazo deste termo;
- b. Meta 02 - R\$150.444,00 (Cento e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), por mês, pelo prazo deste termo;
- c. Meta 03 - R\$129.157,50 (Cento e vinte e nove mil, cento e cinquenta sete mil e cinquenta centavos), por mês, pelo prazo deste termo;
- d. Meta 04 - R\$548.249,40 (Quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), por mês, pelo prazo deste termo;
- e. Diárias - R\$85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), por mês, pelo prazo deste termo.

O valor total é de R\$9.465.980,40 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e quarenta centavos) pelo prazo de vigência deste aditamento, em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$1.577.663,40 (Um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), a serem depositadas em conta bancária específica e vinculada, à vista do relatório de metas cumpridas.

#### **IV - PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

Nos termos do artigo 74 da LEP, a Secretária de Administração Penitenciária tem por objetivo promover a execução penal no âmbito administrativo e proporcionar condições para reinserção social do preso e do internado em âmbito local, razão pela qual sua participação no presente convênio se destina a apoiar a atuação conjunta da DP e FUNAP e a envidar esforços para otimizar a referida relação .

A participação da SAP consiste, também, na cessão de salas nos estabelecimentos penais, para uso exclusivo da assistência judiciária, com disponibilidade de linha telefônica, fornecimento de suprimentos de informática, tal como computadores, acesso a Internet através da rede SAP, acesso portal de "Intranet", e utilização de infra-estrutura material e

administrativa das unidades prisionais no auxílio da prestação da assistência jurídica.

São Paulo, 13 de outubro de 2016.

  
**Lúcia Maria Casali de Oliveira**

Diretora Executiva

## **ANEXO I**

### **UNIDADES PRISIONAIS DA SAP**

1. CDP de Bauru
2. CDP de Caiuá
3. CDP de Campinas
4. CDP de Capela do Alto
5. CDP de Caraguatatuba
6. CDP de Cerqueira Cesar
7. CDP de Diadema
8. CDP de Franca
9. CDP de Franco da Rocha (fem.)
10. CDP de Guarulhos I
11. CDP de Guarulhos II
12. CDP de Hortolândia
13. CDP de Itapeçerica da Serra
14. CDP de Jundiaí
15. CDP de Mauá
16. CDP de Mogi das Cruzes
17. CDP de Osasco I
18. CDP de Osasco II
19. CDP de Pinheiros I
20. CDP de Pinheiros II
21. CDP de Pinheiros III
22. CDP de Pinheiros IV
23. CDP de Piracicaba
24. CDP de Pontal
25. CDP de Praia Grande
26. CDP de Ribeirão Preto
27. CDP de Riolândia
28. CDP de Santo André
29. CDP de São Bernardo do Campo
30. CDP de São José do Rio Preto
31. CDP de São José dos Campos
32. CDP de São Vicente
33. CDP de Serra Azul
34. CDP de Sorocaba
35. CDP de Suzano
36. CDP de Taiúva
37. CDP de Taubaté
38. CDP de Vila Independência
39. CDP do Belém I
40. CDP do Belém II
41. Centro de Ações de Seg. Hospitalar
42. CPP de Bauru I
43. CPP de Bauru II
44. CPP de Bauru III
45. CPP de Campinas
46. CPP de Franco da Rocha
47. CPP de Hortolândia
48. CPP de Jardinópolis

49. CPP de Mongaguá
50. CPP de Pacaembu
51. CPP de Porto Feliz
52. CPP de São José do Rio Preto
53. CPP de São Miguel Paulista (Fem.)
54. CPP de Tremembé
55. CPP de Valparaíso
56. CPP do Butantã (fem.)
57. CR de Araraquara
58. CR de Araraquara (fem.)
59. CR de Atibaia
60. CR de Avaré
61. CR de Birigui
62. CR de Bragança Paulista
63. CR de Itapetininga (fem.)
64. CR de Jaú
65. CR de Limeira
66. CR de Lins
67. CR de Marília
68. CR de Mocóca
69. CR de Mogi Mirim
70. CR de Piracicaba (fem.)
71. CR de Rio Claro
72. CR de Rio Claro (fem.)
73. CR de São José do Rio Preto (fem.)
74. CR de São José dos Campos (fem.)
75. CR de Sumaré
76. CRP de Pres. Bernardes
77. HCTP de Franco da Rocha I
78. HCTP de Franco da Rocha II
79. HCTP de Taubaté
80. Penitenciária da Capital (fem.)
81. Penitenciária de Álvaro de Carvalho
82. Penitenciária de Andradina
83. Penitenciária de Araraquara
84. Penitenciária de Assis
85. Penitenciária de Avanhandava
86. Penitenciária de Avaré I
87. Penitenciária de Avaré II
88. Penitenciária de Balbinos I
89. Penitenciária de Balbinos II
90. Penitenciária de Bernardino de Campos
91. Penitenciária de Campinas (fem.)
92. Penitenciária de Capela do Alto
93. Penitenciária de Casa Branca
94. Penitenciária de Cerqueira Cesar
95. Penitenciária de Dracena
96. Penitenciária de Flórida Paulista
97. **Penitenciária de Florínea**
98. Penitenciária de Franco da Rocha I
99. Penitenciária de Franco da Rocha II
100. Penitenciária de Franco da Rocha III

101. Penitenciária de Getulina
102. Penitenciária de Guareí I
103. Penitenciária de Guareí II
104. Penitenciária de Guarulhos I
105. Penitenciária de Guarulhos II
106. Penitenciária de Hortolândia II
107. Penitenciária de Hortolândia III
108. Penitenciária de Iaras
109. Penitenciária de Iperó
110. Penitenciária de Irapuru
111. Penitenciária de Itai
112. Penitenciária de Itapetininga I
113. Penitenciária de Itapetininga II
114. Penitenciária de Itirapina I
115. Penitenciária de Itirapina II
116. Penitenciária de Junqueirópolis
117. Penitenciária de Lavínia I
118. Penitenciária de Lavínia II
119. Penitenciária de Lavínia III
120. Penitenciária de Lucélia
121. **Penitenciária de Mairinque**
122. Penitenciária de Marabá Paulista
123. Penitenciária de Marília
124. Penitenciária de Martinópolis
125. Penitenciária de Mirandópolis I
126. Penitenciária de Mirandópolis II
127. Penitenciária de Oswaldo Cruz
128. Penitenciária de Pacaembu
129. Penitenciária de Paraguaçu Paulista
130. Penitenciária de Parelheiros
131. Penitenciária de Pirajuí (fem.)
132. Penitenciária de Pirajuí I
133. Penitenciária de Pirajuí II
134. Penitenciária de Potim I
135. Penitenciária de Potim II
136. Penitenciária de Pracinha
137. Penitenciária de Pres. Bernardes
138. Penitenciária de Pres. Venceslau I
139. Penitenciária de Pres. Venceslau II
140. Penitenciária de Reginópolis I
141. Penitenciária de Reginópolis II
142. Penitenciária de Ribeirão Preto
143. Penitenciária de Ribeirão Preto (fem.)
144. Penitenciária de Riolândia
145. Penitenciária de Sant'Anna (fem.)
146. Penitenciária de São Vicente I
147. Penitenciária de São Vicente II
148. Penitenciária de Serra Azul I
149. Penitenciária de Serra Azul II
150. Penitenciária de Sorocaba I
151. Penitenciária de Sorocaba II
152. Penitenciária de Taquarituba

- 153. Penitenciária de Tremembé I
- 154. Penitenciária de Tremembé I (fem.)
- 155. Penitenciária de Tremembé II
- 156. Penitenciária de Tremembé II (fem.)
- 157. Penitenciária de Valparaíso

**UNIDADES PRISIONAIS DA SSP**

- 1. Cadeia Pública de Cananéia
- 2. Cadeia Pública de Caraguatatuba
- 3. Cadeia Pública de Eldorado Paulista
- 4. Cadeia Pública de Iguape
- 5. Cadeia Pública de Jacupiranga
- 6. Cadeia Pública de Juquiá
- 7. Cadeia Pública de Miracatu
- 8. Cadeia Pública de Registro
- 9. Cadeia Pública de Sete Barras
- 10. Cadeia Pública Feminina de São Vicente
- 11. Cadeia Pública Feminina de Votorantim
- 12. Presídio da Polícia Militar
- 13. Presídio de Polícia Civil

São Paulo, 13 de outubro de 2016

  
**Lúcia Maria Casali de Oliveira**

Diretora Executiva

**ANEXO II**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

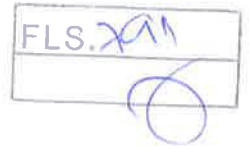
SERVIDOR: \_\_\_\_\_

UNIDADE PENAL: \_\_\_\_\_

PERÍODO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

<b>1 - BENEFÍCIOS</b>		<b>TOTAL</b>
Regime semiaberto		
Regime aberto		
Livramento condicional		
Detração		
Remição pelo trabalho		
Remição pelo estudo		
Indulto e/ou comutação		
Autorizações de saída		
Unificação de penas		
Desinternação ou cessação de medida de segurança		
Excesso ou desvio de execução		
Habeas corpus		
<b>TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS</b>	<b>10.637</b>	
<b>2 - PROCESSOS DISCIPLINARES</b>		
Oitivas		
Defesas		
<b>META MENSAL DE PROCESSOS DISCIPL.</b>	<b>5.572</b>	
<b>3 - ENTREVISTAS COM REEDUCANDO</b>		
<b>META MENSAL DE ENTREVISTAS</b>	<b>15.195</b>	
<b>4 - ATOS INSTRUTÓRIOS</b>		
Entrevista com familiar e/ou egresso		
Pedidos de relaxamento de flagrante, liberdade provisória ou fiança		
Prontuários examinados		
Consultas na VEC		
Outros		
<b>META MENSAL DE ATOS INSTRUTÓRIOS</b>	<b>61.712</b>	
<b>TOTAL MENSAL DE ATENDIMENTOS</b>	<b>93.115</b>	

ANEXO III





**ANEXO IV**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**01/11/2016 à 30/04/2017**

Inclusão das Penitenciárias de Mairinque e Florínea.

	<b>METAS</b>	<b>NOVAS METAS PROPOSTAS</b>	<b>AMPLIAÇÃO MENSAL DAS METAS</b>	<b>VALOR INDIVIDUAL</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>Nº DE MESES</b>	<b>META</b>	<b>VALOR</b>
<b>META 01</b>	10.500	137	10.637	62,50	664.812,50	06	63.819	3.988.875,00
<b>META 02</b>	5.500	072	5.572	27,00	150.444,00	06	33.429	902.664,00
<b>META 03</b>	15.000	195	15.195	08,50	129.157,50	06	91.170	774.945,00
<b>META 04</b>	60.920	792	61.712	08,884	548.249,40	06	370.272	3.289.496,40
<b>DIÁRIAS</b>	--				85.000,00	06	---	510.000,00
<b>TOTAL</b>	91.920	1.195	93.115		1.577.663,40	06	558.690	<b>9.465.980,40</b>



**ANEXO 3**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**ÓRGÃO CONCESSOR:** Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

**ÓRGÃO BENEFICIÁRIO:** Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel - FUNAP

**NÚMERO DO CONVÊNIO:** Convênio n.º 04/2014 (5º Aditamento)

**TIPO DE CONCESSÃO:** Convênio

**VALOR REPASSADO:** R\$ 9.465.980,40 (nove milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta reais e quarenta centavos)

**EXERCÍCIO:** período de 6 (seis) meses (1/11/2016 a 30/04/2017).

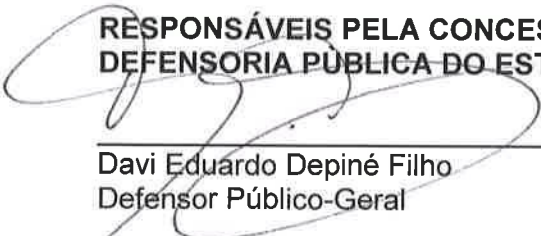
**ADVOGADO(S):** advogados aprovados em concurso público realizado pela Fundação FUNAP para prestação de assistência jurídica suplementar aos presos internados, carentes de recursos, nas unidades prisionais do Estado.

Pelo presente TERMO damos-nos por NOTIFICADOS para o acompanhamento dos atos da tramitação do correspondente processo no Tribunal de Contas até seu julgamento final e conseqüente publicação, e se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.


Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

**LOCAL e DATA:** São Paulo, 1º de novembro de 2016.


**RESPONSÁVEIS PELA CONCESSÃO:**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

  
Davi Eduardo Depiné Filho  
Defensor Público-Geral

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

  
Lourival Gomes  
Secretário de Estado

**RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

  
Lúcia Maria Casali de Oliveira  
Diretora Executiva



